ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE DIREITO INTELECTUAL

XVII Curso de Pós-Graduação em Direito Intelectual (2026)

Prof. Doutor Alexandre Dias Pereira (FDUC)

14 de fevereiro de 2026

1. Os principais desafios jurídicos colocados pela Sociedade da Informação
2. A proteção de criações intelectuais no domínio das novas tecnologias de informação

2.1. Teses em confronto e solução adotada.

2.2. Programas de computador: Decreto-Lei n.º 252/94 de 20 de outubro (transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 91/250/CEE, do Conselho, de 14 de maio, relativa à proteção jurídica dos programas de computador, entretanto revogada e substituída pela Diretiva 2009/24/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de abril de 2009)

2.2.1. Noção de programa de computador, objeto e requisitos de proteção.

2.2.2. Autoria e titularidade de direitos.

2.2.3. Direitos do criador. Direitos exclusivos.

2.2.4. Direitos do usuário e descompilação.

2.2.5. Utilizações livres e prazo de proteção.

2.3. Bases de dados: Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho (transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 96/9/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março, relativa à proteção jurídica das bases de dados)

2.3.1. Noção de bases de dados.

2.3.2. Objeto e requisitos de proteção pelo direito de autor. Direitos do criador. Direitos exclusivos. Direito do usuário. Utilizações livres. Prazo de proteção.

2.3.3. Direito especial do fabricante de bases de dados. Requisitos: investimento substancial. Conteúdo: direito de extração e direito de reutilização Direitos do usuário e utilizações livres. Prazo do direito especial e modificações substanciais.

2.4. Contratos de software e de bases de dados, em especial as licenças de software.

3. Novos modelos de negócio

3.1. Proteção dos modelos de negócios pelo direito de autor? O artigo 1.º/2 do CDADC

3.2. Proteção dos modelos de negócios pelo direito de patente? A Convenção de Munique e o Código da Propriedade Industrial.

3.3. A evolução da jurisprudência estadunidense sobre patentes de modelos de negócios: *State Street Bank and Trust Company v. Signature Financial Group, Inc.* (Fed. Cir. 1998), *eBay Inc. v. MercExchange* (2006) e *Alice Corp. v. CLS Bank International* (2014)

3.4. A possível proteção dos modelos de negócios como "segredos comerciais" segundo o Código da Propriedade Industrial

3.4.1. Noção de segredo comercial e requisitos de proteção.

3.4.2. Ilícitos contra os segredos comerciais

3.5. Novos modelos de negócio na Internet: plataformas digitais, motores de pesquisa, computação em nuvem.

Bibliografia:

ASCENSÃO, José de Oliveira - «A protecção jurídica dos programas de computador», *Revista da Ordem dos Advogados* (1990), p. 69 - «Bases de dados electrónicas: o estado da questão em Portugal e na Europa», *Direito da Sociedade da Informação*, vol. III, Coimbra Editora, Coimbra, 2002, p. 9

GONÇALVES, Luís Couto – *Manual de Direito Industrial*, 9.ª ed., Almedina, 2022

PEREIRA, Alexandre L. Dias – *Intellectual Property, Competition & New Technologies Law*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 2025 - *Direito da propriedade intelectual & novas tecnologias*, 3 vols. Gestlegal, Coimbra, 2019, 2021 e 2023 – Direitos de Autor e Liberdade de Informação, Almedina, 2008 - Informática, Direito de Autor e Propriedade Tecno-digital, Coimbra Editora, 2001

MARTINS, A.G. Lourenço / MARQUES, Garcia, *Direito da Informática*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2006

VICENTE, Dário Moura - *A Tutela Internacional da Propriedade Intelectual*, 2.ª ed., Almedina, Coimbra, 2019

VIEIRA, José Alberto, *A protecção dos programas de computador pelo direito de autor*, LEX, Lisboa, 2005 - *Direito de Autor. Dogmática Básica*, Almedina, 2020